

## ABERTURA DO 5º CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA

Quero inicialmente agradecer o convite do Conselho Nacional de Secretários – e secretárias – de Estado da Administração para participar da solenidade de abertura do 5º Congresso Consad de Gestão Pública. É um grande prazer comparecer a este evento, que, sem nenhuma dúvida, tem se consolidado como um importante espaço para debate e troca de experiências na busca de um Estado cada vez mais eficiente. Saúdo as autoridades e todos participantes aqui presentes.

Sabemos que o Brasil vive hoje uma economia sólida e estável, que cresce com atenção às questões sociais e está inserida no contexto global. Diminuímos as desigualdades sociais e regionais, retomamos o desenvolvimento em bases sustentáveis e com respeito às instituições democráticas.

Este quadro resulta de uma política econômica responsável, praticada ao longo dos últimos anos, que ajudou a tirar 28 milhões de brasileiros da pobreza absoluta e permitiu que 36 milhões de pessoas ingressassem na classe média. Houve a recuperação do emprego, com ganhos reais nos salários, e a retomada dos investimentos públicos e privados.

Apesar de todos esses avanços, muito ainda está por ser feito. O compromisso para os próximos anos é a erradicação da extrema pobreza e o empreendimento de ações necessárias para que o Brasil alcance seu lugar entre as nações com desenvolvimento pleno e ampla justiça social.

Recentemente, os países em desenvolvimento assumiram um papel central na economia mundial, e o Brasil firmou-se como um dos principais expoentes deste grupo, tanto do ponto de vista político quanto econômico. As mudanças nas cadeias de produção global decorrentes da ascensão desses países geraram novos desafios à inserção internacional brasileira e à manutenção do padrão de crescimento baseado no mercado interno dinâmico.

A maior concorrência externa torna imprescindível o rápido aumento de competitividade sistêmica e setorial, que vem sendo estimulado pelo governo no âmbito do Plano Brasil Maior. A combinação das políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior visa impulsionar a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, garantindo cada vez mais empregos decentes e de qualidade.

O alcance destes objetivos requer enfrentar, de forma sistêmica e com prioridade, os desafios de aperfeiçoamento e inovação na gestão pública. É necessário adotar novas tecnologias de gestão, ampliar o uso das tecnologias de informação, incorporar indicadores de resultado às políticas públicas, aprimorar a coordenação de políticas intersetoriais e intergovernamentais e continuar valorizando, de forma responsável, os servidores públicos federais.

O governo federal, assim como muitos governos estaduais e municipais, tem feito investimentos sistemáticos na gestão pública, e os resultados são significativos. Um caso emblemático é a unificação dos órgãos de receita previdenciária e fazendária, com objetivo facilitar a vida dos cidadãos e das empresas.

Outro exemplo é a mudança no modelo de gestão adotado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que encerrou o período de filas crônicas e baixa qualidade no atendimento. Hoje, agenda-se o atendimento pelo telefone ou pela Internet e é possível obter os benefícios da previdência em apenas 30 minutos.

A criação da Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, é um sinal claro de seu engajamento pessoal e de sua equipe de governo em tornar ainda mais amplas e efetivas as iniciativas de aprimoramento da gestão pública no País.

A Câmara de Gestão é composta por quatro ministros – Casa Civil; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio – e por quatro profissionais bem sucedidos, com larga experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade em seus setores de atividade.

Esse competente olhar externo, com pessoas capazes de pensar o Brasil em termos estruturais e dotadas, ao mesmo tempo, de indispensável visão social, tem permitido ao governo dar diretrizes e o necessário apoio político para ações estratégicas voltadas à superação dos desafios de inovação no setor público.

Deste debate resultou uma ampla agenda de eficiência na gestão do governo federal, compondo um programa coeso e englobando um conjunto de projetos e iniciativas, em três eixos de atuação.

O primeiro refere-se à qualidade da entrega de serviços para a população e empresas, tendo como foco: a pactuação com as áreas fins de indicadores de melhoria na prestação de serviços; o fortalecimento das ouvidorias; e a melhoria dos processos de trabalho, com impacto na implementação das políticas públicas setoriais e na entrega dos programas sociais prioritários do governo.

O segundo eixo diz respeito à melhoria da eficiência do gasto. Neste item destaca-se o projeto “Esplanada Sustentável”, que visa a redução do gasto com

custeio – energia elétrica, limpeza e papel, entre outros – e promoção de uma reflexão sobre problemas socioambientais. O objetivo é estimular o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, garantindo, inclusive, a gestão integrada de resíduos e sua destinação ambientalmente correta. Atualmente contamos com a participação, por adesão, de 21 ministérios.

Outro projeto deste eixo refere-se à melhoria do controle das despesas com folha de pagamento. Por meio de uma minuciosa auditoria, já foi possível corrigir pagamentos indevidos a servidores já falecidos, vantagens equivocadas e duplos vínculos, para citar alguns exemplos. Com esse trabalho, iniciado em 2011, foi possível estancar pagamentos indevidos da ordem de R\$ 400 milhões.

Ainda na melhoria da eficiência do gasto, a economia com passagens, diárias, racionalização do uso do patrimônio próprio e redução de aluguéis atingiu, somente no ano passado, mais de R\$ 1 bilhão.

O terceiro eixo agenda de eficiência na gestão do governo federal busca tornar a estrutura pública mais ágil e efetiva, com objetivo de acelerar prazos de entrega e reduzir retrabalho e desperdício de tempo. Para isso, agrega projetos como a revisão dos marcos legais mais complexos, como o Decreto-Lei 200, de 1967, que trata da administração pública, e a Lei de Licitações, de 1990.

Este eixo contempla também o planejamento da força de trabalho a médio e longo prazos. Há necessidade de alinhamento das novas competências exigidas para o serviço público, com a ampliação em setores estratégicos, como educação e saúde, e a recomposição natural do quadro de pessoal. Estimamos que aproximadamente 40% dos servidores devem se aposentar nos próximos quatro anos na esfera federal.

Faz parte deste eixo, ainda, a ampliação do uso de tecnologias da informação, com a digitalização de 100% das pastas funcionais e o desenvolvimento de um novo sistema para a gestão de pessoal e da folha de pagamento, permitindo maior segurança nos dados e nas informações.

Essas iniciativas do governo federal podem servir de exemplo para governos estaduais e municipais. Acredito, aliás, que é necessário reduzir a fragmentação da ação estatal e a perda de recursos e de oportunidades decorrente da falta de coordenação e de articulação entre as diversas esferas de governo. A construção de um novo marco de cooperação federativa implica avançar em uma atuação em rede, com interações, inclusive, com atores do terceiro setor e do mercado, o que requer competências de coordenação, de construção de consensos e de atuação em parceria.

A elaboração dos planos plurianuais é, hoje, uma tarefa que une as diversas esferas de governo. A Constituição determina que estados e municípios sigam a metodologia feita para a elaboração do PPA do governo federal, o que auxilia na definição e no monitoramento de políticas públicas desenvolvidas em comum. Este é o caso, por exemplo, do Plano Brasil sem Miséria, em que o governo federal, em parceria com estados e municípios, buscam elevar a renda e as condições de bem-estar da população.

O projeto Agenda Federativa (União-Estados), desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e pelos conselhos nacionais de secretários de estado de Administração (Consad) e de Planejamento (Conseplan), segue nesta direção. Com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o objetivo dessa iniciativa é pactuar um compromisso político que atualize e aprofunde a “Carta de Brasília”, assinada pelo Planejamento e pelo Consad em 2008 com o objetivo de promover avanços na gestão pública.

O projeto Agenda Federativa envolve ainda o programa Pro-cidadão<sup>1</sup>, sucessor do Pnage<sup>2</sup>, iniciativa que representou um importante marco de atuação conjunta do governo federal e dos estados com o BID. Com o Pró-cidadão, os estados vão ter mais autonomia no seu relacionamento com o BID, facilitando o desenvolvimento de projetos, entre os quais estão ações para melhora no atendimento e na prestação de serviços ao cidadão.

Quero ressaltar que há um evidente processo de aproximação entre o Estado e a sociedade, decorrentes de iniciativas que propiciam a transparência dos atos de governo e a participação social na administração pública.

A Lei de Acesso à Informação (LAI)<sup>3</sup>, por exemplo, visa assegurar e regular o direito fundamental de acesso à informação no âmbito da administração pública. Essa lei, que entrou em vigor no último dia 16 de maio, incorpora o princípio da publicidade como preceito geral, tratando o sigilo como exceção, contribuindo para a transparência da gestão e para o controle social.

A LAI promove uma mudança cultural no Estado brasileiro, dada a sua importância política e histórica e seus impactos na relação entre Estado e cidadão. O governo federal se preparou para a vigência dessa lei, e espero que governos estaduais e municipais agilizem a implementação dos serviços de

---

1 Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros.

2 Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.

3 Lei 12.527, de agosto de 2011

atendimento.

Por fim, quero reiterar que, com a cooperação entre os diversos órgãos e entidades da União e dos estados e municípios, tendo como objetivo as necessidades da sociedade, sejam cidadãos ou empresas, podemos conquistar avanços na administração pública, que são, em última instância, os objetivos deste congresso.

Este evento do Consad representa, na minha opinião, um importante espaço para debates e troca de experiências para a busca de um Estado cada vez mais eficiente. Assim, desejo a todos e a todas um bom e produtivo congresso.

Muito obrigada.